

2

O fenômeno da absorção de estrangeirismos no português: estudos, discussões e constatações

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o viés teórico em que serão analisados os neologismos *bugar* e *printar*. Partindo da ideia de que a importação lexical é um fenômeno que se consolida com a passagem do tempo, faz-se necessária a proposta de uma análise, em parte, sincrônica e, em parte, diacrônica da dinâmica pela qual o léxico de uma língua – nesse caso, do português brasileiro – se forma e se reforma ao longo dos anos. Ou seja, nossa análise levará em conta as transformações que originam os estrangeirismos nos dias atuais, mas não deixará de lado as indicações de incorporação lexical evidentes na história da formação do português. Trazemos, portanto, a apresentação de um panorama da presença estrangeira em nosso idioma ao longo de seu processo de formação.

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a questão dos estrangeirismos e da maneira como vêm sendo tratados pelos estudiosos da língua portuguesa, é necessário que se saiba a definição que adotamos desse fenômeno linguístico. Vejamos o que diz Garcez ao delimitar o que vem a ser um estrangeirismo:

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras ou expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo. A noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que originou o empréstimo. (GARCEZ; ZILLES, 2004, p.15)

A definição de estrangeirismo proposta pelos autores supracitados é bastante adequada para iniciar um pensamento acerca das novas palavras apresentadas nessa dissertação. De fato, *bug* e *print* chegaram ao português com o caráter de empréstimos linguísticos, mas sua situação na língua hoje se distancia dessa realidade. Gradativamente, como acontece com qualquer termo estrangeiro que se consolida, *bug* e *print* passam, cada dia mais, a fazer parte do léxico da língua portuguesa, embora, para isso, tenham precisado passar por adaptações, o que é inevitável nesse tipo de processo. Mais à frente, no capítulo 4, será feita uma análise do histórico desses vocábulos, e, antes de abordar esses casos de cristalizações, apresentaremos um breve panorama do surgimento de tais palavras em suas formas origi-

nais. Por hora, concentremo-nos no fato de existir uma inevitável relação entre o processo de globalização mundial e a divulgação de palavras oriundas do inglês, e nos lembremos ainda de que um dos principais canais pelos quais ocorre essa relação é a Internet.

Essa intrínseca ligação entre a globalização e os empréstimos linguísticos pode gerar a ideia equivocada de que a presença dessas palavras estrangeiras numa determinada língua significa uma dominação cultural exercida pela língua da qual se originam tais palavras. Em nosso trabalho, combateremos a todo tempo tal equívoco, sendo isto feito de maneira mais detalhada neste capítulo.

Como afirma Góis (2008), um vocábulo emprestado, quando consolidado em sua nova língua, se incorpora totalmente a ela, por conta de sofrer as necessárias adaptações fonéticas, sintáticas e semânticas necessárias para que se torne peça integrante do sistema que o absorve. Góis nos lembra de que as estruturas sintáticas nas quais se insere um termo de origem estrangeira não se transformam, ocorrendo exatamente o contrário: é o termo estrangeiro que se transforma para ser aceito à nova língua. Tais adaptações ocorrem, primeiramente, com a estrutura fonética da palavra importada, de sorte que temos hoje *sinuca*, e não *snooker*, e *panqueca* ao invés de *pancake* (BAGNO, 2001). A sintaxe da língua importadora também prevalece, e o estrangeirismo se adapta a ela, seguindo o padrão da classe de palavra à qual pertence na nova língua. Um bom exemplo dessa linha de pensamento podemos encontrar em Bagno (2001) que, ao analisar a questão, cita o seguinte exemplo:

O Office-boy flertava com a baby-sitter no hall do Shopping Center.

Como se pode ver, no exemplo apontado pelo linguista, todos os vocábulos utilizados, salvo conectivos, determinantes e preposições, são estrangeirismos – lembrando que flertar tem sua raiz oriunda de língua inglesa – e, no entanto, a frase é perfeitamente aceita dentro dos padrões da língua portuguesa, o que ocorre devido à superioridade sintática desta em relação aos empréstimos linguísticos. Retomaremos a fala acerca das adaptações que sofrem os estrangeirismos também em nosso capítulo de análise, para evidenciar as fases da incorporação de *bug* e *print* bem como a transformação desses vocábulos nos radicais formadores de *bugar* e *printar*.

Se há, portanto, dentro desse processo linguístico de importação, uma relação de dominação entre as línguas, esta acontece apenas gramaticalmente, e partindo da língua que importa a palavra como subordinante, sendo a palavra importada subordinada. Tal afirmação pode ser constatada a seguir, quando Góis pontua sobre a situação dos empréstimos ao chegarem à nova língua:

A sua inserção acontece em campo morfológico, não sintático, ou seja, insere-se um vocábulo de língua estrangeira em detrimento de um vocábulo nacional, mas as estruturas frasais não se corrompem. Mesmo assim, a opinião entre estudiosos se divide nesse ponto, havendo quem critique o uso abusivo de vocábulos e expressões estrangeiros. (GÓIS, 2008, p. 03)

O que define a incorporação de uma palavra à língua é justamente sua aceitação por parte dos falantes do idioma, como já comentado. Essa aceitação, no entanto, não se dá de maneira tão fácil, por estar vinculada a outras questões, as principais delas de cunho político. Em todo o mundo, é comum que vejamos refletidas na aceitação ou na rejeição de uma palavra de determinada origem a tolerância e a abertura a novas culturas, de um lado e, de outro, o purismo, o preconceito ou mesmo a xenofobia, o que será evidenciado um pouco mais à frente, ainda neste capítulo. Por isso, justifica-se que voltemos nosso olhar, nesse momento, à história da língua, e que vejamos como a importação de palavras no português é uma realidade indelével em todo o seu percurso de formação.

2.1 Dados históricos

Por conta do que foi exposto acima, observa-se que, quando pensamos em estrangeirismos, é crucial nos empenharmos em responder se a inserção dessas palavras constitui um fenômeno linguístico de mudança lexical inerente ao contato entre línguas ou um favorecimento à importação da cultura estrangeira em detrimento da valorização da cultura nacional. Tal questionamento pode ser encontrado no que dizem Garcez e Zilles no trecho destacado a seguir:

Um primeiro exame dos possíveis critérios que conferem a um empréstimo linguístico o caráter de estrangeirismo nos mostra que nem sempre é claro o *status* de um elemento emprestado. *Status*, por exemplo, é um termo latino, e portanto...?? Seria estrangeirismo, pois, afinal, o português veio do latim? ou seria estrangeirismo, já que se trata de termo erudito, tomado emprestado do latim depois que o português

já era português? E os termos árabes – frutos da dominação da Península Ibérica – que se agregaram ao português antes que este invadisse o território gigantesco que hoje ocupa na América? Álcool, alqueire, alface; estrangeirismos? Assim uma breve reflexão sobre o que é parte legítima da língua, mas não foi ontem, já indica que não é simples dizer o que é português puro, nem é simples dizer como algo deixa de ser um estrangeirismo e passa a ser parte da língua da comunidade. (GARCEZ; ZILLES, 2001, p.19)

Como se vê, os autores trazem indagações que mostram o quão sem sentido pode ser a luta contra a presença de vocábulos estrangeiros em uma língua, favorecendo a afirmação de que importar vocábulos é característica inerente a qualquer idioma, e, ao tomarem esse viés, sugerem a adoção de uma visão diacrônica que acreditamos ser a melhor forma de promoção de um combate à situação preconceituosa que tais fenômenos linguísticos enfrentam. Talvez seja possível, portanto, responder a essas perguntas tão pertinentes, se nos propusermos a voltar nossos olhares para a cronologia da importação de palavras na língua portuguesa.

Previamente, pensemos que a importação de palavras não pode ser compreendida sem que se entendam as relações entre as línguas envolvidas. Nesse sentido, é impossível tratar desse tema sem tanger o conceito de *globalização*.

Como sabemos, chama-se *globalização* ao encurtamento de distâncias que vive o mundo a partir da revolução nos meios de transporte e de comunicação propiciados pelo capitalismo a partir do século XX. A ampla divulgação e, consequentemente, a adoção de traços da cultura norte-americana por outros países são consequências da importação de bens e serviços que, sabemos, inegavelmente, contribuem para o progresso em diversas situações. Portanto, encaramos a globalização como um processo de crescimento inevitável, incentivado pelas grandes potências mundiais por conta de fatores diversos, e que, visto de modo cauteloso, pode ser muito proveitoso para o desenvolvimento sociocultural, político e econômico da humanidade. O contato com o inglês como idioma universal do progresso é uma consequência inevitável desse desenvolvimento. A rapidez da comunicação e do transporte de hoje revoluciona o quadro das relações sociais e econômicas em qualquer ponto do planeta, se compararmos com o quadro vigente há cem, ou mesmo cinquenta anos, por exemplo. Como sabemos, entre as mais importantes contribuições para o campo da comunicação desse processo de globalização está a Internet.

A Internet é hoje o mais amplo meio de divulgação de informação em todo o mundo, e talvez seja, por isso, apontada como um grande perigo por parte dos

puristas, uma vez que divulga, a todo instante, palavras cuja origem é a língua inglesa. Cumpre observarmos que tal fenômeno de absorção de palavras, que ora se dá, mormente, com os anglicismos – ou americanismos –, não é algo novo. No sentido de rebater os estigmas que surgem quando tal assunto entra em pauta, seguindo o viés cronológico de análise da questão exposto acima, apresentamos um breve quadro histórico do movimento de construção do léxico do português ao longo de sua formação, a partir de alguns dados que mostram a influência que o idioma sofreu de diversas línguas em diversas situações.

Hubber (2007) lembra-nos, para iniciar a discussão, de que

Coutinho (1958), em sua hoje considerada *Gramática Histórica* já nos apresentava uma extensa lista de palavras de origens diversas, como as ibéricas, célticas, fenícias, gregas, germânicas, árabes, asiáticas, francesas, espanholas, inglesas, polonesas, entre outras que contribuíram para a formação do léxico do português. (HUBBER, 2007, p. 03)

Se buscarmos as verdadeiras raízes da questão, começaremos pela formação do português ao nascer, derivando do latim, que, em contato com outros idiomas, acabou por formar dialetos tão diferentes que resultaram nas conhecidas línguas neolatinas. Sabemos, como nos recorda Villalva (2008), que “tal como a própria língua, o léxico do português está ancorado no léxico latino, e, em particular, no léxico do latim falado no noroeste da Península Ibérica durante a vigência do Império Romano” (p. 05). Villalva segue nos lembrando de que “nem as línguas faladas nesta região antes da ocupação romana conseguiram subsistir à ocupação linguística latina, nem as línguas dos posteriores ocupantes foram capazes de suplantá-la” (p. 05). Vejamos, primeiramente, as marcas que deixaram os substratos no português.

2.1.1

Substratos

Os substratos são provas contundentes de que a absorção de determinada palavra por um idioma qualquer não necessariamente está vinculada à dominação cultural desse idioma por parte daquele em que se origina a palavra adquirida. Sabe-se que, no substrato de uma língua, residem resquícios de outras, que foram, num dado momento, dominadas pela primeira. Se uma língua dominada, que é

forçada a se apagar por conta da imposição de uma segunda língua em seu território de vigência, é capaz de imprimir nesta outra vocábulos que não se apagam, e que permanecem marcando a língua que dominou determinado território, então podemos perceber que o fato de haver a aceitação de uma palavra estrangeira em um dado léxico não prova fraqueza ou submissão cultural do idioma receptor em relação ao que fornece a palavra, mas sim que é do contato constante com um vocábulo que resulta a sua absorção, e tal contato pode se dar por motivos diversos e em situações não menos diversas. A dominação cultural é, portanto, apenas uma das possibilidades de origem da aceitação de uma palavra estrangeira em um dado idioma. Em resumo: o estrangeirismo pode permanecer na língua que o importou mesmo depois do desaparecimento da língua de origem, logo, não se pode provar que a absorção de estrangeirismos pode trazer lesão ou enfraquecimento à língua que adota tais termos.

Como marcas sobreviventes no substrato do português (acervo de contribuições lexicais vindas das línguas dominadas e que se apagaram, deixando apenas vestígios que se mantêm vivos na língua dominante), Villalva encontra em Castro (1991) a palavra *camurça*, por exemplo, além de *esquerdo* e *chaparro*, que seriam, de acordo com o autor, exemplos de substratos mediterrânico, protobasco e ibero, respectivamente. Vilela (1994) aponta os celtiberismos, lembrando que a localização periférica onde surge tal língua ocasionou o forte substrato céltico, além de trazer-nos evidências das influências fenícia, basca e grega:

No substrato do português encontramos os chamados celtiberismos, na toponímia, em que briga (designativo de cidade castreja, como Conímbriga) tem certa representatividade, no vocabulário comum, como brio, camisa, carro, cerveja, saia, etc. Encontramos também os termos fenícios, como barca, mapa, saco, atum, termos bascos como esquerda, aba, arroio, balsa, bezerro, cama, charco, garra, louça, sapo, sarna, Veiga, nêspira, e sufixos como – arro/arra (bizarro, bocarra), – orro/orra (cachorro/pichorra), grecismos, por intermédio do latim vulgar, como bolsa, calma, cara, ermo, espada, golfo, governar, e, por intermédio do Cristianismo, anjo, apóstolo, batismo, bispo, clérigo, crisma, diocese, igreja, mosteiro, etc. (VILELA, 1994, p.15)

Quando se fala em substrato, é importante que nos lembremos das línguas subjogadas pelo português à época da colonização do Brasil. Como se sabe, os idiomas dos africanos trazidos para cá no período do sistema escravocrata resultaram na influência dos idiomas por estes falados sobre nosso léxico nos mais diversos campos, como religião, música e culinária. Há ainda as marcas das línguas

faladas aqui à época do descobrimento que, apesar de terem sido subjugadas, deixaram suas marcas no português do Brasil.

Como se sabe, as primeiras políticas linguísticas adotadas em território brasileiro se deram quando houve a colonização, como nos lembra Bagno a seguir:

É triste verificar que, no Brasil, todas as iniciativas de política linguística sempre foram marcadas pela desconsideração das reais necessidades do povo, quando não pelo autoritarismo nu e cru: entre nós, política linguística sempre foi equivalente de repressão linguística. O exemplo mais cabal disso é o “Diretório dos Índios”, do Marquês de Pombal, de 1757, que instituiu o português como única língua do Brasil, proibindo o uso e o ensino de qualquer outra língua, mas principalmente da chamada língua geral ou *nheengatu*, de base Tupi, que era de fato a língua falada pela grande maioria da população da colônia – a única, aliás, conhecida pelos índios, negros, mestiços e brasileiros nativos durante uma longa fase do período colonial. (BAGNO, 2001, p. 54)

Quando o português subjugou as línguas indígenas, relegando aos seus poucos vocábulos sobreviventes à posição de substratos, a dominação cultural foi completa e assim permanece até hoje, mas as palavras indígenas sobrevivem em nossa culinária, em nomes de cidades, frutas, animais etc. Vejamos alguns exemplos de substratos indígenas que hoje sobrevivem na toponímia de nossa língua, citados por Moreira (2001):

Araribóia (r. – b. Porto Novo): Do tupi *arauba*, de ara, tempo, e *auga*, mau, e *mbou*, cobra de mau tempo, cobra de tempestade, serpente misteriosa que no fundo das águas respondia com um eco ao ribombo do trovão.

Araruama (r. – b. Trindade) : Do tupi *arara-uama*, comedouro ou bebedouro das araras.

Araxá (r. – b. Trindade): Do tupi: planalto em forma de tabuleiro.

Ari (r. Ari de Azevedo – b. Jardim Catarina): Do tupi. (MOREIRA, 2001, p.37)

Os exemplos acima se referem à toponímia dos bairros do município de São Gonçalo, zona metropolitana do estado do Rio de Janeiro. E não é apenas na toponímia que os vocábulos indígenas sobrevivem. Estes se encontram também nos nomes dos animais e plantas nacionais – *uirapuru*, *arara*, *açaí*, *sapoti*, etc. Particularmente na região norte, onde o contato com as línguas indígenas sobreviveu por mais tempo após a colonização, ainda se encontra um grande número de vocábulos indígenas coexistindo em dinamismo com formas aportuguesadas. Mosquito, por exemplo, ainda é chamado *carapanã*, e mau-cheiro apresenta a forma *pitiu*, que é tanto substantivo quanto verbo, pois, em alguns momentos, é possível perceber a flexão, como se pode ver na frase *Aquele peixe pitia demais*. Sobre

esse verbo, muito comum no norte do país mas pouco usual em outras regiões, vale uma fala de João, 47 anos, paraense, que vive no estado do Rio de Janeiro há 25 anos:

- 01 **Jhonatta** Eu quero que você tente lembrar comigo duas coisas
02 que aconteceram quando meu tio X esteve aqui. A
03 primeira é que foi muito engraçada, eu quase não en-
04 tendi, só entendi quando ele falou porque eu já conhe-
05 cia mais ou menos o que ele queria dizer.(1.5) a pala-
06 vra que no Pará ainda designa fedor. Qual é?
- 07 **João** *Pituu.*
- 08 **Jhonatta** Como é que você aplicaria ela numa frase?
- 09 **João** (6.5) Peixe é muito bom, mas o *pituu* é desagradável.
- 10 **Jhonatta** Uma vez, a gente estava almoçando e ele contando as
11 aventuras dele, os igarapés, aí ele falou assim é porque
12 a cobra, a gente sente a cobra a uma distancia mais ou
13 menos razoável aí, tenta completar o que ele queria
14 dizer.
- 15 **João** Que ela exala exatamente um *pituu*, que é esse cheiro
16 desagradável que a gente vê no peixe mas que na que
17 na cobra é desagradável, no peixe é mais moderado.
- 18 **Jhonatta** Então, aí a gente chega numa conclusão de que *pituu* é
19 um substantivo (1.0) designado (1.0) a substituir mal-
20 cheiro no português (1.5) e é de origem... (4.0)
- 21 **João** Indígena.
- 22 **Jhonatta** Indígena (1.0) e ainda é usando comumente pelos fa-
23 lantes de lá (1.0) prova disso é que ele usou, só que ele
24 usou numa forma diferente, você lembra? E me cha-
25 mou muita atenção, porque eu nunca ouvi você falar
26 assim. Eu to acostumado a ouvir você falar *pituu*.
- 27 **João** *Pituu.*
- 28 **Jhonatta** Não lembra, né?
- 29 **João** Não lembro.
- 30 **Jhonatta** Não lembra, porque você não tá acostumado com essa
31 forma, mas eu anotei na memória, ele falou assim a-
32 quele peixe pitia (1.0) pitia (1.0) o que que
- 33 **João** Fede
- 34 **Jhonatta** É. Fede
- 35 **João** Exala um cheiro
- 36 **Jhonatta** Então, e aí passa de substantivo a o que, essa palavra
37 (1.0) passa a ser um (3.0)
- 38 **João** Verbo.
- 39 **Jhonatta** Um verbo. Isso é uma prova para a gente de que é mais
40 do que usada lá ((essa palavra)) (1.0) é tão comum que
41 eles fazem a verbalização, que é o processo que eu to
42 estudando.

Sabe-se que a contribuição do falar dos escravos em nosso português não se limitou aos empréstimos linguísticos inevitáveis quando do contato intenso entre dois povos. A fonética do nosso português foi também modificada pelo contato com as línguas africanas. Tal fator nos mostra mais uma vez a dissociação que se deve fazer entre as marcas deixadas numa língua e a dominação e extinção da mesma. No Brasil, assim como as línguas indígenas, os falares africanos foram aos poucos se apagando, e os escravos foram obrigados, como se sabe, a tomar para si o português como língua oficial. Houve, de fato, a dominação exercida pelo português em relação a tais idiomas, mas suas marcas sobrevivem, fortes e evidentes, no nosso idioma até os dias atuais. Quanto ao léxico, este também recebeu suas contribuições, e uma pequena amostra destas pode ser vista a seguir:

Corcunda: no Aurélio, quem consulta o verbete corcunda fica sem entender como uma palavra tem origem nela própria. Segundo ele, corcunda é resultado do cruzamento de sua forma dissimulada carcunda com corcova. O lógico, no entanto, é se deduzir que corcunda é que é a forma dissimulada de carcunda, porque ambas derivam do mesmo étimo banto da palavra carcunda, assinalado por ele no verbete respectivo como quimbundo e remissivo à corcunda.

Samba: é um verbo congôês da 2ª conjugação, que significa adorar, invocar, rezar. No angolense ou bundo, igualmente, rezar é cusamba: na conjugação o verbo perde a sílaba inicial do presente do infinitivo; de sorte que, além deste tempo e modo, em todos os outros o termo bundo é samba, e assim é também o substantivo “adoração, reza”. Dançar é no bundo *cuquina*, no congo, *quinina*. Como, pois, samba é dança no Brasil? Ora, é a dança sagrada dos feiticeiros, dos curandeiros, dos rezadores. O samba é a dança ritual, a dança da reza, a profana, o baile, o mero divertimento. (MOREIRA, 2001, p.50)

Além dos dois verbetes acima, a autora ainda cita uma modesta lista de contribuições africanas ao nosso idioma: *banana, farofa, banguelo, zumbi e cafuné*.

Evidencia-se, portanto, que a força de uma importação lexical é muito maior do que qualquer imposição política e linguística. As forças que regem essas importações são naturais, fenomenológicas, e nem a imposição, nem a rejeição, se não vierem por parte dos falantes da língua, obterão sucesso em suas interferências.

2.1.2 Superstratos

Outra prova de que a adoção de palavras não está necessariamente ligada à questão de dominação linguística reside nas heranças linguísticas chamadas superstratos (ou superestratos), que são o conjunto, numa dada língua, de vocábulos advindos de línguas impostas por meio da dominação, que não chegam a substituir o idioma local, mas deixam nele sua marca. A existência dos superstratos, portanto, aponta que, embora algumas línguas tenham sofrido convivência forçada com outra(s), a influência da língua “invasora” pode resultar em nada mais do que poucas absorções de um número restrito de palavras estrangeiras. Nem a concorrência forçada é garantia de que a língua do povo dominante se estabelecerá em detrimento da língua do povo dominado.

Como superstratos, temos, segundo Castro (1991), marcas indeléveis no Português, deixadas pelas línguas faladas na Península Ibérica quando chegou ao fim o Império Romano. Abaixo, segue uma lista de vocábulos que o autor aponta como superstratos germânicos no português:

GALASJA > companheiro	agasalhar
SPITUS> espeto.....	espeto
GANS> ganso.....	ganso
LOFA> palma da mão.....	luva
RAUBA> despojos tomados ao inimigo...	roupa

(CASTRO, 1991, p.151)

Do enorme conjunto de superstratos encontrados no português, destacamos os castelhanismos e os francesismos citados por Vilela (1994): entre os castelhanismos, temos *airoso, ampulheta, bolero, botija, cedilha, charla, duende, fandango, granizo, hombridade, mandriar, neblina, novilho, pirueta* etc. Entre os francesismos: *chaminé, chapéu, folia, franco, granja, assembleia, aviação, barricada, boletim, cabaré, cabine, carrossel, chantagem, comboio, confecção, envelope, embalagem, etiqueta, gravata, massacre, passaporte, solidariedade, altruísmo, abordar* etc.

Há ainda que se destacar o que temos de registros quanto à influência árabe no português. Como se sabe, a invasão árabe da Península Ibérica também é um momento memorável para a história dos estrangeirismos ainda hoje presentes no português. É o que nos assinalam Cardoso & Cunha, como se vê a seguir:

Dado o longo domínio semítico na região ibérica, era de se esperar que a influência do elemento árabe no superstrato linguístico da Península fosse maior do que em verdade é. Todavia, parece que a diferença substancial entre as línguas concorrentes – uma do grupo itálico do indo-europeu e outra semítica – e a política tolerante do invasor, que não impôs crença e língua ao vencido, são razões suficientes para atenuar as marcas da civilização superior de que os árabes eram portadores. (CARDOSO; CUNHA, 1970, p.136-137)

O mesmo nos lembra Coutinho, em sua *Gramática Histórica*, como se vê nos trechos destacados a seguir:

Como língua oficial, adotou-se o árabe, mas o povo subjugado continuou a falar o romance, ou seja, o latim vulgar modificado (...) Embora fatores vários como a raça, a língua, a religião e os costumes extremassem vencidos e vencedores, muitos hispano-godos, seduzidos pela civilização árabe, adotaram os costumes e, com eles, não raro a própria língua árabe, esquecendo o romance que falavam. São os *moçárabes*. (COUTINHO, 1976, p.52)

A influência do idioma árabe não foi tão grande como se esperava, como era de se esperar, apesar do seu longo uso a par do *romance*. Exerceu-se quase exclusivamente no domínio do vocabulário. Os termos desta procedência, incorporados ao léxico peninsular, são quase todos nomes de *plantas, instrumentos, ofícios, medidas*, etc. Não pequeno também foi o contingente de vocábulos com que o árabe contribuiu para a geografia regional. (COUTINHO, 1976, p.54)

Sem dúvidas, há uma extensa lista de vocábulos oriundos do árabe no português da atualidade, como aponta Vilela a seguir, com exemplos que se encaixam no campo semântico delimitado por Coutinho na citação acima:

Da ocupação árabe, por força da civilização comercial e agrícola transportada pelo povo árabe, resultou uma língua popular de estrutura românica com certa interpenetração árabe, sobretudo no léxico – o chamado moçárabe –, e daí nos adveio um grande número de vocábulos árabes, nos domínios da agricultura, economia, administração, cultura e matemática, como *açude, alcova, alcunha, aldeia, alface, alfândega, alferes, algarismo, álgebra, algodão, alicerce, alfinete, almude, álcool, armazém, arroz, azeite, azeitona, azenha, nora, cifra, refém, zero*. (VILELA, 1994, p.16)

Os exemplos acima são uma parte dos vocábulos árabes que figuram até hoje como conhecidas palavras de nossa língua. Mais uma vez, portanto, a história vem nos fornecer prova cabal de que a aceitação de um elemento lexical estrangeiro não significa a submissão da língua importadora, tão pouco lesão à mesma. Pergunte-se a qualquer falante, por exemplo, se ele pensa que a palavra *alface* denigre a identidade do português e ele, principalmente não sendo conhecedor da história do idioma, jamais responderá de maneira afirmativa. O tempo sempre

mostrará se um estrangeirismo foi ou não incorporado, a despeito das forças que possam ter lutado contra isso.

Torna-se claro, assim, que a dominação cultural de um povo somente por influência de uma língua estrangeira sobre a sua é algo impossível. E, mais ainda, explica-se que a dominação linguística só reflete a dominação política e territorial, sendo posterior a essas.

Cardoso e Cunha nos lembram ainda de que o estrangeirismo, tal como se defende em nosso trabalho, se submete à língua que o adota, e não o contrário. Vejamos:

Como se vê, os vocábulos incluídos na classe das palavras hereditárias têm de comum, não a circunstância de uma consanguinidade de origem, como à primeira vista poderia parecer, mas o fato de haverem contribuído, no mesmo grau, para a constituição da modalidade do latim corrente ou vulgar da Lusitânia. Dessa característica que lhes é fundamental quanto à essência românica da língua, decorre uma outra, já portuguesa, que é de se terem adaptado, como palavras originárias do fundo românico sobrevivente, às naturais tendências da língua, quer conformando-se à sua estrutura fônica, quer obedecendo às suas normas morfológicas. (CARDOSO e CUNHA, 1970, p.137)

Alguns últimos dados bastante interessantes podem ser encontrados em outras línguas, sobre as quais o português deixou suas marcas, sem ter tido com elas relação alguma de dominação. Vejamos o que Bagno tem a nos dizer sobre isso:

O francês tem a palavra *commandement* (*Comandment* em inglês), que significa comando, ordem, mandamento, mas para designar um pequeno grupo de militares treinados para ações rápidas em território inimigo, as duas línguas usam o termo português (isso mesmo, português!) *commando*, escrito com dois m, como na nossa ortografia anterior a 1945)... inglês e francês também usam o termo português *cobra* para designar uma espécie particular de cobra, a naja indiana, uma das serpentes mais venenosas do mundo. (BAGNO, 2001, p.77)

Os estrangeirismos portugueses encontrados no francês e no inglês são úteis para nos mostrar, novamente, a questão da especificidade que, por vezes, o falante tem, de se valer do estrangeirismo para nomear o novo, ou seja, para nomear aquilo que sua língua ainda não havia tido necessidade de nomear. Assim como *bugar* e *printar*, os estrangeirismos vistos na citação acima nascem em situações específicas, e sua utilidade está, exatamente, na especificidade que proporcionam.

Como se vê, quando percorremos um caminho em retrospectiva na cronologia da história de nossa língua, encontramos importações que, hoje, jamais seriam

perceptíveis em uma análise superficial, uma vez que, devido à força com que se cristalizaram em nosso léxico, e devido também à falta de contato com sua língua de origem, já não mais as reconhecemos como palavras estrangeiras. Se, de fato, nos propusermos a enfrentar as palavras estrangeiras, talvez sequer saibamos por onde começar.

2.2 As influências estrangeiras no português atual

É a partir de 1999, com a proposta do projeto de lei 1676/99, que os estrangeirismos passam a ser tão veementemente discutidos no Brasil. O projeto do deputado Aldo Rebelo é claro, e prevê a proibição do uso dos estrangeirismos nas seguintes situações, como mostram os artigos 3º, 4º e 5º da mesma:

Art. 3º. É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais: I – no ensino e na aprendizagem; II – no trabalho; III – nas relações jurídicas; IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial; V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais; VI – nos meios de comunicação em massa; VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços; VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços (...)

Art.4º. Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nessa lei e na sua regulamentação será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei (...)

Art.5º. Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei ou na sua regulamentação terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Desde então, embora não tenha sido aprovado o projeto de lei em questão, o assunto vem sendo debatido pelos estudiosos das áreas da linguística e da filologia, na tentativa de desfazer o estigma lançado sobre esses processos naturais de incorporação lexical. Como mostramos anteriormente, trata-se de fenômeno inerente à formação de línguas, dentre elas, logicamente, o português. Olhar para os substratos e para os superstratos, como foi proposto na seção anterior, é importante para que ratifiquemos a ocorrência dessas absorções feitas pelo léxico em diversos momentos da história da formação da língua portuguesa. Analisar sincronicamente o problema não é possível sem essas referências, uma vez que o emprés-

timo ou o adstrato do presente fatalmente, no futuro, será visto como substrato ou superstrato. Na análise sincrônica, entram em jogo os adstratos, como veremos a seguir.

2.2.1 Adstratos

As palavras que adentram o léxico de outra língua sem que estabeleçam com esta a relação que estabelecem os substratos e os superstratos (ou seja, de resquícios de línguas dominadas ou de resquícios de línguas que tentaram a dominação, sem sucesso) se aloca em um terceiro grupo, o dos adstratos. Logo, nesse momento, estamos falando de uma relação entre línguas que não têm a ver, necessariamente, com dominação cultural. Vejamos o que diz Vidos (1996) sobre essa classificação:

Embora o adstrato possa estar em estreita correlação com esses dois conceitos, não se compara a eles em igualdade de condições, e pelo que se refere à sua influência, não tem a mesma importância, uma vez que o substrato e o superstrato supõem sempre o bilinguismo, o que não ocorre no adstrato. Noutras palavras, o adstrato, no que se refere à origem das línguas românicas, não pôde de modo algum ter a mesma participação que tiveram o substrato e o superstrato, pois aquele pode provocar unicamente empréstimos entre duas línguas que vivem uma ao lado da outra, mas não uma superposição das mesmas línguas. Por obra do adstrato, ao contrário do que acontece com o substrato e com o superstrato, nenhuma das duas línguas obtém a supremacia ou desaparece, mas permanecem uma ao lado da outra e se influenciam reciprocamente. (VIDOS, 1996, p.177)

Vilela (1996) irá dizer que os empréstimos, tal como os conhecemos hoje, estão muito próximos do que acima se caracterizou como adstrato. O autor pontua que “o empréstimo é o domínio do adstrato, mas substratos e superstratos foram, em dado momento, empréstimos, pois participaram no desenvolvimento histórico da língua formal e conteudisticamente, não se distinguindo do tesouro comum da língua. O empréstimo, ao ser bloqueado, adapta-se, com o tempo, gráfica e foneticamente, à língua importada (p. 17).”

As citações acima não convergem plenamente. Se Vilela enxerga que o empréstimo seria o domínio do adstrato, justamente por não haver relação de dominação envolvida no processo, Vidos, por sua vez, afirma que as línguas devem influenciar-se reciprocamente, o que nem sempre acontecerá no campo do empréstimo. Apesar das divergências encontradas, valemo-nos de ambas no sentido

de caracterizar o adstrato como um processo de incorporação lexical que ocorre entre línguas, de alguma forma, paralelas, sem que tenha havido a dominação de uma delas pela outra.

Empréstimos, portanto, seriam adstratos, uma vez que, em primeiro lugar, ocorrem na sincronia da língua. Portanto, ainda não se pode afirmar sobre a força da influência que a língua fornecedora dos empréstimos exercerá sobre a língua importadora. Como defendemos em outras partes deste trabalho, uma língua se valerá de empréstimos necessários quando, em seu léxico, não se encontrarem vocábulos que expressem uma determinada ideia. É esse o caso da maior parte dos empréstimos da atualidade. Na tecnologia, por exemplo, campo em que as novidades chegam de maneira bastante rápida, a falta de nomenclatura adequada no português para aquelas novidades que não faziam parte da cultura da língua favorece o uso do termo de origem, que virá, frequentemente, em Inglês.

O que ocorre é que, uma vez que determinada língua passa a ser vista como o falar daqueles que representam o poder, a cultura e o *glamour*, há a tendência em se usar o máximo de palavras dessa língua em determinadas situações, com o particular objetivo de promover *status* ao discurso, e talvez aí resida um problema: muitas palavras acabam sendo veiculadas de maneira forçada, fazendo com que o texto não seja, de fato, entendido por muitos brasileiros, o que seria uma forma de “elitizar” a fala. É o que acontece, por exemplo, numa propaganda analisada por Carvalho (2007), em artigo divulgado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo. A autora aponta em texto publicitário da marca de automóveis Hyundai o uso excessivo de anglicismos no momento da descrição do produto. Vejamos algumas frases em que se pode constatar isso:

Transmissão automática com H-matic e Shiftronix;

Freios abs nas quatro rodas;

Ar condicionado digital com AQS (Air Quality Control System);

8 air bags (frontais, laterais e de cortina).

Como aponta Carvalho, tal uso excessivo de termos advindos do inglês tem a intenção de dar prestígio ao discurso da propaganda, uma vez que tais termos conferem ao carro um alto teor de modernidade. Isso, de fato, acontece, por conta do que dissemos acima: as novidades tecnológicas surgem em língua ingle-

sa, o que faz com que tal idioma seja diretamente associado à tecnologia. Dentre os exemplos citados acima, o único que talvez possamos considerar como vocábulo pertencente ao português é o do exemplo 4 – *air bag* – por justamente ser reconhecido pelos falantes do idioma em larga escala, e por não apresentar forma concorrente em nossa língua. Tal absorção, como se sabe, já teve as alterações fonéticas necessárias (pronuncia-se [ε-X-‘b-ε-g-ɾ]), mas nada aconteceu ainda no âmbito da escrita que a solidifique no léxico do português. As demais palavras grifadas são unicamente pertencentes ao inglês e usadas em contexto restrito, como se pode perceber. Tal propaganda constata o que o cotidiano nos mostra nas revistas, nos comerciais de televisão, na Internet, etc., e que é confirmado por Alves (1994, p.10): “o fato de os norte-americanos dominarem uma boa parte do mercado ligado à tecnologia faz com que sejam introduzidas em nossa língua muitas palavras desta área, especialmente as usadas em informática”.

As propagandas analisadas, no entanto, não devem ser consideradas suficientemente capazes de dar conta de toda a questão que envolve os estrangeirismos, por se limitarem a um contexto bastante restrito, não abarcando a dinamicidade do uso desse tipo de vocábulos no cotidiano de uma língua. Se a autora comprova, em algum momento, o uso exagerado dos anglicismos, o faz dentro do universo da propaganda, do apelo comercial, e não na pluralidade contextual do cotidiano, que é onde residem as informações, de fato, contundentes, sobre a adoção ou a rejeição de uma forma lexical estrangeira. Devemos, portanto, saber diferenciar quando uma palavra está sendo forçada a entrar no léxico do português e quando já houve um processo natural de adoção da mesma, lembrando sempre que o sistema linguístico é quem dá a última palavra, e que os acordos tácitos entre os falantes de um idioma irão, no dia a dia, comprovar quando uma importação tem sucesso e quando isso não ocorre.

2.2.2

A Internet e os estrangeirismos na linguagem dos jovens

Dentre as diversas fontes de influência das línguas estrangeiras no português atual, como já dito, em nosso trabalho enfocamos a Internet e sua influência na propagação e adoção dos anglicismos. Partindo desse viés, é crucial que voltemos nossa análise para a linguagem do público mais jovem, por ser uma geração que

nasceu inserida nessa nova realidade, em que computadores são parte integrante das atividades de comunicação. Os jovens, hoje, evidenciam a aceitação dos anglicismos, e, justamente por isso, as entrevistas selecionadas para esse trabalho tiveram como alvo esse público. Se afirmamos a todo instante que a língua é suscetível a mudanças constantes, é na linguagem dos mais jovens que poderemos testemunhar o nascimento dessas mudanças, daí a necessidade de pesquisarmos os meios onde tais mudanças podem ocorrer. Yaguello (*apud* BAGNO, 2001) estabelece uma ligação entre o purismo e o conversadorismo que evidencia os medos presentes no preconceito contra os neologismos, como podemos ver a seguir:

A língua envelhece, aparentemente, com aquele que a fala e que se identifica com ela. Mas o homem não quer envelhecer; ele lê na evolução da língua sua própria decadência. Assim, ele deseja conservar a língua na pureza, na integridade de sua juventude. Tal como se deseja transmitir aos filhos os valores e a cultura do passado intactos, assim também se espera transmitir-lhes a herança da língua. Mas, de um modo insuportável para o purista, são as gerações jovens que, apropriando-se da língua, a mudam. A língua se encontra, assim, perpetuamente rejuvenescida, e não envelhecida, ao passo que seus falantes, inexoravelmente, envelhecem. (YAGUELLO, 2001 *apud* BAGNO, 2001, p. 68)

Se pretendemos dar à língua o *status* cada vez mais fortalecido de objeto de estudo científico, impossível é que fundemos nossos estudos cada vez mais em conceitos históricos e gramaticais que os linguistas hoje consideram infundados e antiquados. Aceitar o presente do português sem tentar defendê-lo do contato natural com outros idiomas e da renovação que tal contato inevitavelmente promove não exclui a importância de seu passado, ao contrário, fortalece os estudos da verdadeira língua, que traz em si as marcas das mudanças socioculturais vividas pelos seus falantes. Há, entretanto, quem defenda a cultura purista no Brasil. No livro *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*, organizado por Carlos Alberto Faraco (2001), há uma série de artigos que abordam a questão do preconceito de gramáticos e de autoridades brasileiras contra as palavras incorporadas de léxico estrangeiro na atualidade – em especial contra os anglicismos ou americanismos, que são os empréstimos mais comuns nos séculos XX e XXI, dada a influência dos EUA no mundo ocidental. Dentro desse pensamento contrário às importações, o uso da palavra *software*, por exemplo, seria inadequado nas conversas dos brasileiros, sendo preferível usar-se *programa de micro computação* em seu lugar. É o que expõem Garcez e Zilles, em um dos artigos do livro organizado por Faraco:

Um enunciado como “eu baixei um programa novo de computador” seria plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão. Mas isso não se passaria com o enunciado “eu fiz o download de um software novo” que seria incompreensível a qualquer brasileiro que não conhecesse Inglês, em função dos estrangeirismos. (GARCEZ; ZILLES. 2001, p.32)

Ora, sabe-se que os termos advindos da Internet são reconhecidos e utilizados sem que haja tradução, passando apenas pelo processo de adaptação fonética, e que isso não está necessariamente ligado a um processo de americanização vivido pelo nosso país, mas sim ao processo de globalização que se vale do inglês, por ser a língua mais divulgada da atualidade, como língua partilhada nas mais diversas situações e pelos mais diversos interesses em todo o mundo, ainda que, algumas vezes, se trate de um conhecimento mínimo, que sequer chega ao uso instrumental da língua. O que se tem é um reconhecimento de signos linguísticos desse idioma por conta de apresentação constante e de caráter indicial, e é isto o que faz com que esses usuários entendam tais expressões. De fato, o processo de americanização não é fantasia criada por alguns, mas deve ser entendido como parte iminente da globalização e, claro, a mais ditatorial e a menos eficaz das atitudes que podem ser tomadas para frear tal processo seria a de controlar a escolha lexical daqueles que, em suas práticas cotidianas, precisam se utilizar dos americanismos.

Garcez e Zilles mostram que a questão de tais palavras serem mais ou menos claras a determinados brasileiros não se vincula, exatamente, à sua origem estrangeira, mas a fatores mais complexos, como afinidade com os campos semânticos de onde vêm as palavras, o que estaria, por sua vez, vinculado a questões de instrução e condição social, como podemos confirmar a seguir, quando os autores continuam a comentar a sentença “Eu fiz o download de um software novo” em comparação com a forma “Eu baixei um novo programa de computador”:

Vale perguntar se seria de fato plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais da fala e da escrita o texto da justificativa dos projetos de lei, por exemplo, quando faz a seguinte afirmação, sem estrangeirismos: “Não se trata de xenofobia ou intolerância agir em prol da língua da pátria. (GARCEZ; ZILLES, 2001, p.31).

Ainda sobre a questão da visão política e cultural pregada sobre os estrangeirismos, em especial aos anglicismos/americanismos, Bagno pontua sobre a forma como são estas importações vistas em Portugal, como se pode ver a seguir:

Hoje em Portugal, o invasor é o brasileirismo: foi publicado lá, em 1983, um livro coletivo chamado *Estão a assassinar o Português* (outra tentativa, parece, de fazer rir) onde o principal culpado das desgraças da língua portuguesa são as telenovelas brasileiras (BAGNO, 2001, p.64)

Sobre a citação acima, em nota de rodapé, Bagno justifica sua afirmativa, citando o texto *Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes* (LISBOA, 1983) que, no livro assinalado, ocupa as páginas 37-43, acusando as telenovelas brasileiras de divulgarem um português menos correto.

Embora haja certa rejeição a esses fenômenos de importação por parte de alguns estudiosos da área da linguagem no Brasil, se comparado a Portugal, nosso país é infinitamente mais aberto aos processos de importação lexical advindos de língua inglesa, e ainda em Bagno, encontramos citação que expressa a mesma constatação:

Algumas pessoas tentam nos convencer também de que nós, brasileiros, nos deixamos colonizar mais facilmente, absorvendo com muito mais facilidade as palavras de origem estrangeira do que, por exemplo, os portugueses, que, como legítimos donos da língua (outra superstição que vigora em nosso folclore linguístico), tratam de usar palavras castiças para substituir os estrangeirismos. Um exemplo muito citado é do mouse, o pequeno aparelho usado nos computadores, que em Portugal é chamado tranquilamente de rato. Ora, isso nada tem que ver com o fato de um povo ser mais “colonizável” do que outro, e sim com as vicissitudes que acompanham o aparecimento e incorporação (ou não) das palavras estrangeiras no vocabulário da língua. (BAGNO in FARACO, 2001:76)

Mais adiante, o autor afirma que “a tese se mostra enganosa quando nos lembramos, por exemplo, de que o que nós brasileiros chamamos de tela (de cinema) os portugueses chamam de ecrã, que é simplesmente o francês écran escrito à portuguesa (p.76)”, e ainda que “no caso de *mouse/rato*, os portugueses simplesmente atribuíram um significado a mais à já existente palavra *rato*, ao passo que nós aqui preferimos reservar *rato* para designar o animal e usar *mouse* especificamente para o equipamento da informática (p.76)”. Nesse caso, o que temos é um empréstimo semântico, em que a relação da língua com o significado da nova palavra não muda, mas o significante desse vocábulo é mantido como sendo do idioma importador.

Portanto, para Bagno, o português lusitano apenas se mostra contra alguns estrangeirismos, no caso, os não-europeus. Tanto que, dentro de um mesmo cam-

po semântico, um termo mundialmente aceito é por estes renegado – um americanismo – e um outro é adotado – um francesismo.

Talvez o Brasil se mostre mais receptivo aos estrangeirismos por conta de seu caráter flexível quanto à aceitação de culturas diferentes dentro de seu território, talvez por sua tradição de colonização por imigrantes. No entanto, a própria língua portuguesa, antes mesmo de chegar ao nosso país, já traz, como se sabe, todo um repertório de palavras importadas de outras línguas. Como afirma Vilela:

A língua portuguesa é o resultado de uma longa história, e o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, porque é o elemento mais diretamente chamado a configurar linguisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se refletem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, econômicas, sociais, culturais ou científicas. (VILELA, 1991, p.14)

Em determinada situação, durante uma das entrevistas realizadas, um informante se valeu da palavra *sítio*, ao invés de *site*, para formular uma sentença em que se aplicasse a palavra *bugar*. Tal situação se deu em um momento de descontração de uma turma de primeiro ano do ensino médio, e o aluno Mauro, de 15 anos, disse ter escolhido essa forma para dar a sua resposta um ar mais “culto”. Todos os colegas que o rodeavam de pronto julgaram a situação demasiado engraçada e sem cabimento, e alguns disseram que nem sabiam que *sítio* e *site* eram palavras cognatas. Fato é que a Internet é um dos muitos meios que proporcionam hoje a incorporação de itens lexicais do inglês, como Vilela afirma a seguir:

Os anglicismos, a partir do século XVIII e, a dado momento, os americanismos, direta ou indiretamente, inundaram o léxico do português e em quase todos os domínios, os que vão desde os novos conceitos de lazer às designações da (mais) alta tecnologia. Não podemos dizer que haja um processo preferido pelo português na recepção dos anglicismos (em que incluímos os americanismos). (VILELA, 1991, p.20)

As palavras que estamos apontando como anglicismos (mais especificamente americanismos, adotando a definição de Vilela) estão intimamente ligadas à geração que vive atualmente sua adolescência e sua juventude, o que pode ser apontado como uma espécie de fragilidade na expectativa da cristalização dessas palavras, uma vez que poderiam ser consideradas como fenômenos passageiros. No entanto, mais forte do que a faixa etária da geração que se vale dos americanismos advindos da Internet é a necessidade, e ainda, a especificidade da necessidade que vive esta geração em relação à escolha vocabular. Devemos nos lembrar

de que a juventude está mais intimamente ligada com as práticas cotidianas da contemporaneidade, sendo a Internet hoje algo tão comum quanto a TV nos anos 1970 em diante ou o rádio nos anos 1920 em diante. Hoje, diversos setores estão fortemente entrelaçados ao uso da Internet, a saber: educação, lazer, informação, comércio, comunicação, moda, artes, literatura, culinária etc. É certo que a maior parte dos usuários da rede, hoje, é bastante jovem, mas as práticas que se consolidam nesse meio são cada vez mais abrangentes, o que faz com que tenhamos a certeza de que o uso desse vocabulário anglicizado está longe de ser uma moda efêmera. Em uma das entrevistas feitas na segunda etapa dessa pesquisa, um dos falantes assim se posicionou quanto ao uso de estrangeirismos:

66	Rafael	<i>bugar</i> é de que? de erro? (2.0) eu falo deu erro, não
67		falo deu <i>bug</i> . <i>Printar</i> (1,5) <i>printar</i> é de usar o <i>screen</i>
68		<i>hunter</i> , eu sei, e eu também não falo printar, falo tirar
69		uma imagem.

Valem aqui alguns esclarecimentos sobre essa fala. Em primeiro lugar, trata-se de um jovem de vinte e um anos de idade, que trabalha com contabilidade e empréstimos financeiros, que se coloca de maneira purista e anti-americanista, ao qual foi direcionado um dos questionários, como se pode verificar no trecho de sua entrevista abaixo:

70	Jhonatta	Mas você não acha importante saber usar o inglês?
71	Rafael	Não acho que tem que aprender não. Quer dizer (1,5)
72		sei que tem que aprender. (2.0) Fazer o quê? Tem que
73		aprender. Mas não gosto nem nunca gostei, nunca. Não
74		gosto quando um gringo chega aqui e (1,0) a (0.5) gente
75		é obrigado a tentar entender aquele português horrí-
76		vel e eles nunca têm paciência quando a gente tá lá.
77		Até aqui eles acham que é a gente que tem que saber
78		falar com eles, quem chamou eles aqui?
79	Jhonatta	Mas você conseguiria não utilizar o inglês?
80	Rafael	Eu acho que tudo deveria vir em português. Não acho
81		legal ficar pegando as expressões deles não, isso dá
82		moral. Não tem que dar moral. Tá (0.5) usar todo
83		mundo usa (1.0) na <i>lan</i> , uso em casa, uso no vídeo
84		game e (3.5) mas não acho que devia ser assim.

Antes de ler as perguntas, Rafael havia sido informado de que deveria, primeiramente, responder preenchendo a ficha, marcando as alternativas correspondentes a suas respostas e, feito isso, novas questões, baseadas nas suas respostas,

seriam formuladas e gravadas em áudio. Ao terminar de ler, de maneira levemente irritada, o rapaz pediu para que ligasse o gravador e proferiu as falas acima. Sua intenção era a de evidenciar que não usaria, em hipótese alguma, as palavras pesquisadas. No entanto, antes de qualquer esclarecimento por parte do entrevistador, Rafael definiu perfeitamente as palavras *bugar* e *printar*. Essa é a questão sobre a qual vimos falando nesta seção: mesmo um falante de postura extremamente purista e com sérias restrições à cultura norte-americana, por mais que se recuse a usar as palavras em questão, por mais que denote horror em relação a seu uso, as conhece perfeitamente, a ponto de descrevê-las corretamente de acordo com sua semântica e de apontar possíveis sinônimos para elas.

O que se pode constatar a partir desse exemplo é que, se o falante foi capaz de reconhecer de imediato os vocábulos, é porque seu uso na língua não é raro, nem raras foram as vezes em que ele deve ter-se deparado com tais palavras. A rejeição de uma minoria a dado vocábulo não pode, jamais, ser visto como um fator de impedimento de sua cristalização, ao contrário, é a aceitação de uma maioria e a demonstração de conhecimento satisfatório da minoria que o rejeita que podem ser vistos como fatores de comprovação da força com que tais palavras estão chegando à língua portuguesa do Brasil.

As palavras que se tornaram o foco central de análise micro e macrolinguística de nossa pesquisa são apenas dois pequeninos recortes de um grande universo vocabular que vem se formando com o advento da Internet. Fato é que diversos setores da sociedade que tem contato com a rede vão, aos poucos, levando as palavras deste meio para fora dele. *Linkar* (grafia utilizada em concomitância com *lincar* nas respostas de alguns questionários), por exemplo, é hoje um jargão amplamente aceito no meio acadêmico, e pode ser encontrado no discurso semiformal, como, por exemplo, em uma aula ou em uma palestra mais descontraída. A forma, inclusive, já consta (grafada com *c*, e não com *k*) na 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, de 2009.

Na referência a ações simples de quem usa o computador, já se pode observar o uso consolidado de palavras como *clicar* e *deletar*, que, um dia, já tiveram o mesmo *status* duvidoso que ora alguns podem enxergar em *bugar* e *printar*. Fato é que essas palavras, hoje, fazem parte, definitivamente, da língua portuguesa do Brasil.

Algumas palavras, dentro de determinadas comunidades de prática, também já vêm passando por semelhante processo de aceitação. É o caso dos elementos que destaca o falante Rafael no trecho a seguir:

58	Jhonatta	Tem alguma palavra que você acha que faltou na lista
59		de termos da Internet? ((muitas frases foram perdidas
60		porque a gravação apresentou ruídos demais))
61	Rafael	Na lista, acho que faltou <i>leg</i> , <i>lol</i> , <i>nick</i> ...(2.0) <i>Leg</i> e <i>lol</i>
62		são para dizer que a parada tá devagar, serve até para
63		falar de alguém. <i>Nick</i> é nosso nome na <i>lan</i> .

Esclarecendo a fala citada acima, Rafael se refere, primeiramente a *leg* e a *lol*, caracterizando-os como adjetivos que denotam lentidão, vagareza, e que, inicialmente, se aplicavam ao funcionamento dos computadores em geral, em diversas situações – jogos, acesso a *sites*, instalação de software etc. – e que, posteriormente, como gírias, serviram para caracterizar, de maneira mais íntima e bem-humorada, um amigo ou companheiro de atividade que estivesse apresentando semelhante lentidão. Note-se que a fala é do mesmo rapaz que, em trecho anterior, se posicionava de maneira purista e anti-americanista. Outro fato a se constatar: dentro das práticas do grupo frequentado por Rafael, alguns termos não parecem ter correlatos no português, e, inconscientemente, ele também não procura por estes, utilizando-se de formas importadas. Tal constatação é prova cabal de que frear processos que se enraízam no inconsciente é extremamente difícil, se não impossível.

Rafael, atualmente, por estar trabalhando e mesmo por ter se desinteressado um pouco dos jogos online, já não frequenta mais *lan houses*, mas, em conversas “off the Record” lembra que *leg* e *lol* são palavras muito utilizadas por quem é praticante de CS (Counter Strike), um famoso jogo de ação policial em que os participantes interagem por meio de *avatars* em tempo real. Em uma visita à *lan house* que era frequentada por Rafael, entrevistamos Michel, de treze anos, que assim definiu a palavra *leg*:

41	Jhonatta	Você conhece a palavra <i>leg</i> ?
42	Michel	É do CS, né? É, do jogo CS.: É quando o jogo <i>buga</i> ,
43		quando fica lento demais. Pode ser o cara também, que
44		fica <i>leg</i> , tipo, <i>Le::g</i> (2.0) lentão, entendeu?

Note-se que Michel dá as mesmas definições para *leg* fornecidas por Rafael: adjetivo que caracteriza lentidão e que pode ser aplicado a uma pessoa de maneira a produzir humor, sendo sua função inicial adjetivar ações do computador.

Percebemos que as palavras, hoje, não obstante ao que é inerente aos sistemas linguísticos em geral, refletem na elasticidade semântica seu intercâmbio cultural, e que a Internet é um meio que proporciona essa elasticidade, por conta do seu público diverso, multifacetado. A tendência a levar uma palavra para fora de seu ambiente e uso iniciais, ou seja, a conhecida polissemia é, a nosso ver, o último grau na escala dos processos de cristalização de um vocábulo e, nos capítulos correspondentes à análise das palavras *bugar* e *printar*, mostraremos que estas também já iniciam a adquirir um caráter polissêmico.

A análise da relação entre língua e práticas sociais será feita no capítulo 5 de maneira mais aprofundada, e será pautada, especialmente, nos conceitos de comunidade de prática (WENGER, 1971) e de comunidades de prática virtuais (ILLERA, 2007). Vejamos uma definição concisa desses conceitos.

Para Wenger, as comunidades de prática são: “a group of people who interact, learn together, build relationships, and in the process develop a sense of belonging and mutual commitment (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p. 34)”. Entendemos que as práticas sociais são de extrema importância para que se analisem os neologismos, dentre eles as importações, uma vez que essas comunidades, que se unem em prol de um objetivo específico, muitas vezes, se valem de línguas de especialidade para servirem de vocabulário na comunicação que se estabelece em práticas novas, conferindo aos conceitos que precisam ser nomeados a especificidade necessária.

Como nosso foco de disseminação dos estrangeirismos é a Internet, valemos também da delimitação de um conjunto especial de comunidades de prática, o das comunidades de prática virtuais. Para tanto, apoiamo-nos no trabalho de Illera (2007), onde se afirma que

As comunidades de prática [virtuais] são organizações que mantêm uma continuidade temporal, mas que, sobretudo, se definem pela partilha de uma prática entre os seus diferentes membros, mais que por ter uma ideia de comunidade muito mais definida que as comunidades virtuais esporádicas, conjunturais. (ILLERA, 2007, p.02)

Apresentadas as discussões sobre o tema dessa dissertação, segue o capítulo 3, explicando a metodologia de nossa pesquisa.